



AGENDA LEGISLATIVA

01 A 05 DE AGOSTO DE 2022

Atualizada em 01/08/2022 16:58

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO / Segunda (01), às 17h

REQ 1246/2022 - Requer regime de urgência para apreciação do PL 224/2021 (estelionato mediante a clonagem dispositivo eletrônico ou aplicativo). Item nº 13

Autor: Alê Silva REPUBLICANOS/MG

MPV 1108/2022 - Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. Item nº 17

Autor: Poder Executivo

Explicação: regulamenta o trabalho remoto e o auxílio-alimentação: Teletrabalho – Entre outros, regulamenta o trabalho remoto, que poderá ser realizada no modelo híbrido e na contratação com controle de jornada ou por produção. A adoção desse regime poderá ser acordada entre o empregador e o trabalhador e deverá seguir regras já previstas na legislação. No caso do controle de jornada, continuam valendo regras como a da intrajornada, pagamento de horas-extras, etc. No caso de trabalho por produção, prevê que não seja aplicado no contrato a previsão de controle de jornada de trabalho, conforme conta na legislação trabalhista. Além disso, o texto prevê o reembolso por parte da empresa ao trabalhador de eventuais despesas por conta do trabalho remoto, como custos com internet, energia elétrica, entre outros. E também define as regras aplicáveis ao teletrabalhador que passa a residir em localidade diversa da localidade em que foi contratado. Nesses casos, o texto diz que para efeitos do teletrabalho vale a legislação o trabalhador que celebrou o contrato. A MP dá preferência para que o regime remoto seja adotado por mães e pais de crianças pequenas de até quatro anos ou com filhos com deficiência. Auxílio-alimentação – Estabelece que os recursos sejam efetivamente utilizados para adquirir gêneros alimentícios e procura corrigir essa distorção de mercado existente na contratação das empresas fornecedoras, proibindo, entre outros, a concessão de desconto. A medida vale tanto para o auxílio alimentação, como para o Programa de Alimentação do Trabalhador, que opera por meio de vale-refeição e vale-alimentação.

Relator: deputado Paulinho da Força - SOLIDARIEDADE/SP

Parecer: pendente

MPV 1109/2022 - Autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal Item nº 18

Autor: Poder Executivo

Explicação: dispõe sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o BEm, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas do estado de calamidade pública decorrente da Covid. Entre outros, estabelece que poderão ser adotadas as seguintes medidas trabalhistas alternativas: (i) o teletrabalho; (ii) a antecipação de férias individuais; (iii) a concessão de férias coletivas; (iv) o aproveitamento e a antecipação de feriados; (v) o banco de horas; e (vi) a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do FGTS. Em relação a calamidades, permite ao poder público, nacional, estadual ou municipal, adotar uma série de medidas como a

facilitação do regime de teletrabalho, a antecipação de férias individuais e coletivas, o aproveitamento e antecipação de feriados e o saque adiantado de benefícios.

Relator: a designar

Parecer: pendente

MPV 1116/2022 - Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Item nº 23

Autor: Presidência da República

Explicação: institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, para inserção e manutenção desse público no mercado de trabalho. A MPV cria medidas para impulsionar a empregabilidade das mulheres, como a flexibilização do regime de trabalho – com adoção de jornada parcial e banco de horas, por exemplo –, qualificação em áreas estratégicas a fim de estimular a ascensão profissional e apoio na volta ao trabalho após a licença-maternidade. A MPV também prevê a implementação de várias medidas de apoio na chamada parentalidade na primeira infância, que é a participação dos pais no desenvolvimento e educação das crianças. Nesse caso, prevê auxílios aos pais de crianças até 6 anos de idade, como reembolso por despesas com creche, liberação do FGTS para auxílio no pagamento de gastos com os filhos ou subvenção para educação infantil em instituições de serviços sociais (indústria, comércio e transportes). Autoriza, ainda, o saque do FGTS para o pagamento de despesas com qualificação profissional. Sendo que o CCFGTS estabelecerá as regras e valores para o cumprimento. O MTP estabelecerá as áreas de qualificação profissional prioritárias. Será criado ainda o “Selo Emprega + Mulher”, com objetivo de estimular nas empresas a adoção de boas práticas para a contratação, a ocupação de postos de liderança e a ascensão profissional das mulheres. No caso dos jovens, a MP cria o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendiz. As empresas participantes terão benefícios, e a ideia é estimular a contratação de 250 mil adolescentes e jovens em 2022. O prazo máximo para a permanência na aprendizagem passará dos atuais dois para três anos.

Relator: deputada Celina Leão - PP/DF

Parecer: pendente

PL 4401/2021 (Nº Anterior: PL 2303/2015) - Dispõe sobre a inclusão das moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de "arranjos de pagamento" sob a supervisão do Banco Central
NOVA EMENTA: Dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições

Explicação: Altera as Leis nº 12.865, de 2013 e 9.613, de 1988. Item nº 27

Autor: Aureo SD/RJ

Relator: deputado Expedito Netto - PSD/RO

Parecer: pela aprovação parcial do substitutivo do Senado

PL 4513/2020 - Institui a Política Nacional de Educação Digital e insere dispositivos no art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional. Item nº 29

Autor: Angela Amin PP/SC

Explicação: institui a Política Nacional de Educação Digital, estruturada de acordo com os seguintes eixos e objetivos: Inclusão Digital, Educação Digital Escolar, Qualificação Digital, Especialização Digital

Relator: deputado Professor Israel Batista - PSB/DF

Parecer: pela aprovação, com substitutivo

PLP 17/2022 - Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação perante a Fazenda Pública e dispõe sobre critérios para a responsabilidade tributária. Item nº 34

Autor: Felipe Rigoni UNIÃO/ES

Explicação: dispõe, entre outros, que o exercício dos direitos de petição e de obtenção de certidões em órgãos da administração tributária independe de prova de quitação de obrigações tributárias principais ou acessórias.

Explicação: dentre outros pontos, prevê a arbitragem tributária;

Relator: deputado Pedro Paulo - PSD/RJ

[Parecer:](#) pela aprovação, com substitutivo

Terça-feira (02/08)

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 10, 09h00

[REQ 38/2022](#) - Requer a participação da Comissão de Segurança Pública na 90ª Assembleia Geral da INTERPOL, a ocorrer em Nova Deli – Índia, nos dias 19 a 21 de outubro do corrente ano, com fins de ampliar os entendimentos e o debate em torno do combate aos crimes cibernéticos, sexuais, tráfico humano e a cyberwarfare na Câmara dos Deputados, possibilitando o aprimoramento das leis brasileiras nessa área da segurança pública. Item nº 4

Autor: deputado Junio Amaral PL/MG

[PL 1395/2021](#) - Acrescenta o §3º ao artigo 3º e os artigos 15-A, 21-A, 21-B, 25-A e 25-B à lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas). Item nº 5

Autor: deputado Carlos Jordy PSL/RJ

Explicação: autoriza a requisição, por órgãos de inteligência, de acesso a bancos de dados públicos ou privados, úteis a produção de conhecimentos de apoio às suas atividades.

Relator: deputado Delegado Pablo - UNIÃO/AM

[Parecer:](#) pela aprovação, com emenda.

[PL 2418/2019](#) - Altera a Lei nº 12.965/2014, para criar obrigação de monitoramento de atividades terroristas e crimes hediondos a provedores de aplicações de Internet e dá outras providências. Item nº 10

Autor: deputado José Medeiros PODE/MT

Relator: deputado Delegado Pablo - UNIÃO/AM

[Parecer:](#) pela aprovação, com emendas.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (Reunião Deliberativa) / Anexo II, Plenário 01, 13h00

[PDL 609/2021](#) - Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020. Item nº 3

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: deputado Coronel Tadeu - PL/SP

[Parecer:](#) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

[PEC 128/2019](#) - Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Item nº 7

Autor: deputado Luis Miranda DEM/DF

Relator: deputado Darci de Matos - PSD/SC

[Parecer:](#) pela admissibilidade.

[PEC 14/2022](#) - Altera o § 9º do art. 195 da Constituição Federal para reduzir pela metade a alíquota das contribuições sociais de que trata o inciso I quando se tratar de municípios. Item nº 9

Autor: Cacá Leão PP/BA

Explicação reduz pela metade a alíquota quando se tratar de municípios e nos demais casos, diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Relator: deputado Paulo Azi - UNIÃO/BA

[Parecer:](#) pela admissibilidade.

PL 5256/2016 - Regulamenta a profissão de bugueiro turístico e dá outras providências.

Explicação: Altera a Lei nº 8.989, de 1995. Item nº 19

Autor: deputado Walter Alves PMDB/RN

Relator: deputado Eduardo Bismarck - PDT/CE

[Parecer:](#) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo saneador de técnica legislativa, e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação.

CTASP - COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 12, 13h00

PL 2224/2021 - Altera a Lei 14.129 de 29 de março de 2021, para disciplinar sobre o fomento da oferta de serviços de interoperabilidade de dados em tempo real . Item nº 24

Autor: deputado Felipe Rigoni PSB/ES

Explicação: prevê a cobrança pelo governo de ressarcimento de custos ou despesas relacionadas à disponibilização de dados públicos de maneira complementar em atendimento a pedido específico de ente privado.

Relator: deputado Tiago Mitraud - NOVO/MG

[Parecer:](#) pela aprovação, com emenda.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 09h00

REQ 83/2022 - Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater as perspectivas da implementação de tecnologias em unidades de ensino no modelo de realidade virtual, designadas no ensino público brasileiro. Item nº 5

Convidados:

- Alberio Trujillo - Pós-doutorado em Gramaticologia pela PUC/SP;
- Natanael dos Santos – CEO da Startup de Tecnologia Cambui Online;
- Emiliane Alencastro - Mestre em Direito pela UFPE e MBA em Análise de Dados pela USP;
- Bruno da Fonseca – Economista e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pesquisador pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociologia da Educação e da Cultura (USP) e atua na área de inovação e transformação digital;
- Gabriela Boechat - Graduada em Políticas Públicas e Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Mestranda em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Autor: Adriana Ventura NOVO/SP

PL 2410/2021 - Cria o Fundo de Aquisição de Livros para Instituições Públicas de Ensino Superior - FUNALIVROS. Item nº 15

Autor: deputado Eduardo Bismarck PDT/CE

Explicação: o fundo destina recursos para financiar compras de livros físicos, bem como a aquisição e manutenção de plataformas de acervo de livros virtuais ou digitais para todas as áreas e níveis de formação acadêmica e de aperfeiçoamento do quadro de docentes e servidores das instituições.

Relator: deputada Lídice da Mata - PSB/BA

[Parecer:](#) pela aprovação, com emenda.

PL 810/2022 - "Altera dispositivos da Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, que "dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública". Item nº 19

Autor: deputada Professora Dorinha Seabra Rezende UNIÃO/TO

Explicação: amplia os prazos da lei supracitada de forma que os recursos repassados este ano possam ser aplicados até 31/12/2022, e o saldo que não tiver sido investido, seja restituído aos cofres da União até dia 31 de março de 2023. Além disso, também amplia as opções de aplicação dos recursos previstos para incluir a implantação de infraestrutura para distribuição do sinal da internet nas escolas e a aquisição de recursos educacionais digitais ou de suas licenças; retira, ainda, o limite de 50% para aplicação dos recursos em aquisição de equipamentos eletrônicos de acesso à internet e a excepcionalidade para a contratação de banda larga para escolas públicas.

Relator: deputado Paulo Azi - UNIÃO/BA

[Parecer:](#) pela aprovação, com emenda.

CDEICS - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 09h30

[PLP 131/2021](#) - Altera a Lei Complementar n. 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Item nº 4

Autor: deputado Pedro Uczai PT/SC

Explicação: propõe retirar da composição dos tributos sobre as microempresas e empresas de pequeno porte, o IRPJ e a CSLL, relativamente às faixas de receitas inferiores a R\$360 mil anuais.

Relator: deputado Otto Alencar Filho - PSD/BA

[Parecer:](#) pela rejeição.

[PDL 426/2020](#) - Susta o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que “Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União”. Item nº 7

Autor: deputado André Figueiredo PDT/CE

Relator: deputado Jesus Sérgio - PDT/AC

[Parecer:](#) pela aprovação deste, e do PDL 491/2020, apensado, com Substitutivo.

[PL 1113/2021](#) - Altera a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que “institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e dá outras providências”, a fim de inserir classificação das entidades sem fins lucrativos como atividades econômicas de baixo risco. Item nº 20

Autor: deputado Francisco Jr. PSD/GO

Explicação: Inclui as entidades sem fins lucrativos devem ser inseridas na classificação de atividades econômicas de baixo risco de todos os entes federativos Municipais, Estaduais e Distritais.

Relator: deputado Geninho Zuliani - UNIÃO/SP

[Parecer:](#) pela aprovação deste.

[PL 77/2019](#) - Tipifica legalmente o beneficiário final, disciplina e regula a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final e dá outras disposições. Item nº 21

Autor: deputado Rodrigo Agostinho PSB/SP

Relator: deputado Augusto Coutinho - REPUBLICANOS/PE

[Parecer:](#) pela rejeição deste, e do PL 248/2022, apensado.

[PL 2270/2021](#) - Dispõe sobre o regime de privilégio exclusivo da União na prestação de serviços públicos estratégicos de tecnologia da informação. Item nº 23

Autor: deputado André Figueiredo PDT/CE

Relator: deputado Otto Alencar Filho - PSD/BA

[Parecer:](#) pela aprovação, com Substitutivo.

CCTCI - COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Plenário 13, 10h00

REQ 36/2022 - Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o PL 1354/2021, que “altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet”. Item nº 2

Convidados:

- Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech;
- Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Flavio Lara Rezende;
- Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Maria José Braga;
- Chefe adjunta do departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Marina Tovolli;
- Representante da Coalização Direitos na Rede, Bia Barbosa;
- Presidente do IAB Brasil, Melissa Vogel;
- Representante da empresa Meta no Brasil;
- Presidente do Google Brasil, Fábio Coelho;
- Representante da empresa Telegram no Brasil;
- Representante da empresa Twitter no Brasil.

Autor: deputado Denis Bezerra PSB/CE

PL 1799/2021 - Altera a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para incentivar a afixação, em vias e locais públicos, de QR Codes para acesso à prestação digital dos serviços públicos. Item nº 11

Autor: deputado Tito AVANTE/BA

Explicação: institui que acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, de modo que nos locais de atendimento presencial, deverá estar afixado em local acessível e visível, o QR Code com o endereço eletrônico do órgão onde poderão ser acessados serviços e informações. Além disso, também serão afixados QR Code nas vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas, escolhidos por meio da participação popular.

Relator: deputado Aliel Machado - PV/PR

[Parecer:](#) pela aprovação.

PL 272/2022 - Cria a Política Nacional de Incentivo à Implantação de Parques Tecnológicos Agregando Centros de Escalonamento Tecnológico (CET). Item nº 12

Autor: deputado Roberto de Lucena PODE/SP

Explicação: institui a Política Nacional de Incentivo à Implantação de Parques Tecnológicos Agregando Centros de Escalonamento Tecnológico (CET), com os seguintes eixos: i) Produção de conhecimento; ii) II. Formação para profissionais e empreendedores; iii) Fomento aos empreendimentos; iv) Criação e adequação de marco legal; v) Institucionalização. Estabelece, ainda, que na formulação e execução de tal política os órgãos competentes deverão estabelecer, entre outros, parcerias com entidades públicas e privadas; considerar as reivindicações e sugestões do setor industrial e dos consumidores; e, fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de produção que visem à elevação da qualidade dos produtos e serviços.

Relator: deputado Gustavo Fruet - PDT/PR

[Parecer:](#) pela aprovação.

PL 705/2022 - Dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança. Item nº 13

Autor: deputado Helio Lopes UNIÃO/RJ

Explicação: O projeto visa orientar as ações do poder no uso da Inteligência Artificial, estimulando seu engajamento a agenda de melhoria nas práticas ambientais.

Relator: deputado Gustavo Fruet - PDT/PR

[Parecer:](#) pela aprovação.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 10h00

REQ 33/2022 - Requer a realização de audiência pública para debater a proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes na qualidade de consumidores nos ambientes virtual, dos games e do metaverso. Item nº 8

Convidados:

- Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
- Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Ministro da Justiça;
- Representante da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça;
- Representante do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça;
- Representante do Ministério Público Federal;
- Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Representante do Conselho Federal de Psicologia;
- Representante do Instituto de Tecnologia e Sociedade;
- Representante da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - ANCED;
- Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP;
- Representante da UNICEF;
- Representante do Conselho Federal de Medicina;
- Ronaldo Lemos, membro do Conselho de Supervisão do Facebook;
- Coriolano Camargo, membro da Comissão Especial de Inteligência Artificial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Representante do Facebook – Meta;
- Representante da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Digitais – ABrGames.

Autor: deputado Tiago Andrino PSB/TO

CMADS - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / Anexo II, Plenário 02, 10h00

PL 587/2022 - Institui a Política Federal TI Verde, para promover a reutilização e reciclagem de computadores e acessórios descartados pelos órgãos públicos federais. Item nº 6

Autor: deputado Carlos Henrique Gaguim REPUBLIC/TO

Explicação: tem como objetivo promover o acondicionamento, reutilização, reciclagem e disposição final adequada de computadores e seus acessórios descartados pelos órgãos públicos federais.

Relator: deputado Vavá Martins - REPUBLICANOS/PA

[Parecer:](#) pela aprovação.

CDHM - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS / Anexo II, Plenário 09, 14h00

PL 3955/2021 - Institui o Dia Nacional de Combate ao Ódio e à Violência nas Redes Sociais. Item nº 27

Autor: deputado Nereu Crispim PSL/RS

Explicação: institui o dia 9 de fevereiro como o Dia Nacional de Combate ao Ódio e à Violência nas Redes Sociais.

Relator: deputado Frei Anastacio Ribeiro - PT/PB

[Parecer:](#) pela aprovação.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO / Quarta (03), 16h

MPV 1108/2022 - Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. Passível de inclusão em pauta

Autor: Poder Executivo

Explicação: regulamenta o trabalho remoto e o auxílio-alimentação: Teletrabalho – Entre outros, regulamenta o trabalho remoto, que poderá ser realizada no modelo híbrido e na contratação com controle de jornada ou por produção. A adoção desse regime poderá ser acordada entre o empregador e o trabalhador e deverá seguir regras já previstas na legislação. No caso do controle de jornada, continuam valendo regras como a da intrajornada, pagamento de horas-extras, etc. No caso de trabalho por produção, prevê que não seja aplicado no contrato a previsão de controle de jornada de trabalho, conforme conta na legislação trabalhista. Além disso, o texto prevê o reembolso por parte da empresa ao trabalhador de eventuais despesas por conta do trabalho remoto, como custos com internet, energia elétrica, entre outros. E também define as regras aplicáveis ao teletrabalhador que passa a residir em localidade diversa da localidade em que foi contratado. Nesses casos, o texto diz que para efeitos do teletrabalho vale a legislação o trabalhador que celebrou o contrato. A MP dá preferência para que o regime remoto seja adotado por mães e pais de crianças pequenas de até quatro anos ou com filhos com deficiência. Auxílio-alimentação – Estabelece que os recursos sejam efetivamente utilizados para adquirir gêneros alimentícios e procura corrigir essa distorção de mercado existente na contratação das empresas fornecedoras, proibindo, entre outros, a concessão de desconto. A medida vale tanto para o auxílio alimentação, como para o Programa de Alimentação do Trabalhador, que opera por meio de vale-refeição e vale-alimentação.

Relator: deputado Paulinho da Força - SOLIDARIEDADE/SP

Parecer: pendente

MPV 1109/2022 - Autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal. Passível de inclusão em pauta

Autor: Poder Executivo

Explicação: dispõe sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o BEm, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas do estado de calamidade pública decorrente da Covid. Entre outros, estabelece que poderão ser adotadas as seguintes medidas trabalhistas alternativas: (i) o teletrabalho; (ii) a antecipação de férias individuais; (iii) a concessão de férias coletivas; (iv) o aproveitamento e a antecipação de feriados; (v) o banco de horas; e (vi) a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do FGTS. Em relação a calamidades, permite ao poder público, nacional, estadual ou municipal, adotar uma série de medidas como a facilitação do regime de teletrabalho, a antecipação de férias individuais e coletivas, o aproveitamento e antecipação de feriados e o saque adiantado de benefícios.

Relator: a designar

Parecer: pendente